



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001465-16.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO ORIUNDA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO - TRE-RO COMO ÓRGÃO

PARTICIPANTE – SRP – Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 – Ata de Registro de Preços – Solução de STIC - Aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, com assistência e suporte técnico. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 320 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual se pretende a aquisição de equipamentos para coleta de informações biométricas, por meio da utilização das atas de registro de preços celebradas no âmbito do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 ([1100691](#)), no qual este TRE-RO atuou na condição de ÓRGÃO PARTICIPANTE da compra centralizada gerenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

02. Concluído o certame ([1101714](#)) e celebrada a primeira Ata de Registro de Preços - ARP nº 5/2023 ([1100843](#)), que teve como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento dos **itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto** do certame do SRP, este processo foi instruído com as informações e documentos exigíveis, no que cabível, pelo § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023, em harmonia com as disposições da Lei 14.133/2021 e do Decreto Federal 11.462/2023.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

03. O pedido foi submetido a esta unidade jurídica que, por meio do **Parecer Jurídico nº 314/2023** ([1102246](#)), concluiu pela regularidade do procedimento e pela possibilidade jurídica da aquisição dos itens pretendidos, veja-se:

V – CONCLUSÃO

26. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica conclui nos seguintes termos:

***I** - Conquanto o § 4º do art. 53 da Lei 14.133/2021 preveja o controle prévio de legalidade dos documentos da fase de planejamento das contratações pela Assessoria Jurídica do órgão, tratando-se de **compra centralizada**, a fase de planejamento da contratação foi integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, nos termos do § 4º do art. 7º do Decreto 11.462/2023 c/c art. 55 da Lei 14.133/2021, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna, consoante a **Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020**, que embora editada sob a égide da Lei 8.666/93 continua plenamente aplicada ao regime jurídico da NLLC;*

***II** - O processo se encontra instruído com todas as informações e documentos exigíveis para as contratações oriundas da participação deste Tribunal em registro de preços na modalidade de compra centralizada, em harmonia com o § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023 e das disposições do Decreto Federal 11.462/2023, editado em harmonia com a Lei 14.133/2021;*

***III** - Em função disso, pela possibilidade jurídica da aquisição dos equipamentos para coleta de informações biométricas descritos na solicitação da unidade demandante ([1100861](#)) e reproduzidos no item 4 deste parecer, no valor de R\$ 563.400,00 (quinhentos e sessenta e três mil e quatrocentos reais), os quais constam expressamente do Anexo II-II da ARP 5/2023 gerenciada pelo TSE ([1100843](#)), oriunda do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023, que tem como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento dos itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto do certame, com fundamento no art. 85 da Lei 14.133/2021, art. 18 do Decreto Federal 11.462/2023 e § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023.*

i. A Administração deverá observar que o fornecimento exigirá a prévia lavratura de instrumento contratual, na forma do item 4 da referida ARP. Como anunciado nos itens 9 a 12 deste parecer, estará dispensada a análise de conformidade da minuta do instrumento por esta Assessoria Jurídica, ato praticado no âmbito do TSE, órgão gerenciador do SRP. Por sua vez, o instrumento de contrato deverá ser redigido em conformidade com o Anexo III do edital do certame ([1100841](#)) e devidamente adaptado aos dados e à demanda específica deste Regional.

*ii. Reprise-se, conforme já apontado no **item 6 deste opinativo**, que há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária da despesa no exercício de 2023 ([1101331](#)) e comprovação da sua programação ([1101331](#)).*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Na sequência, após manifestação favorável ([1102382](#)) do Secretário da SAOFC, a Diretora-Geral ratificou a aprovação dos documentos da fase de planejamento da contratação realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral e autorizou a contratação e a **emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 563.400,00** (quinhentos e sessenta e três milhões e quatrocentos mil reais), condicionada à regularidade fiscal da empresa, para o fornecimento dos itens 2 a 5 do Grupo 1 do objeto do certame, em favor da empresa AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, inscrita no CNPJ nº 02.688.100/0004-20, detentora da ARP n.º 5/2023 - TSE, com fundamento no art. 85 da Lei 14.133/2021, art. 18 do Decreto Federal 11.462/2023 e § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023. Verifica-se que, após emissão de nota de empenho ([1104379](#)) a contratação foi efetivada por meio do Contrato Administrativo nº 41/2023 ([1104351](#)).

05. Na data de 27/12/2023, em sede de **complemento** da Solicitação de Contratação 1/2023 ([1100861](#)) - geradora da aquisição suprarrelatada - o Chefe do Núcleo de Apoio Técnico às Contratações de TIC - NATCTIC, trouxe ao processo uma **nova solicitação de compra**, agora do **item 1** do Edital de Licitação nº 46/2023 TSE ([1100691](#)). Esclareceu que Ata de Registro de Preços ainda não fora publicada e que, por celeridade na tramitação do processo e considerando a necessidade URGENTE de contratação ainda neste exercício, submetia o pleito à manifestação superior, nos seguintes quantitativos e valores, para os quais indicou a **Fonte orçamentária**: REV KITBIO "*Aquisição de kits para o cadastramento biométrico de eleitores*":

Grupo	ITEM da ARP	Objeto	Classificação orçamentária	Quantidade registrada TRE-RO	Quantidade a ser contratada	Valor Unitário	Valor Total para 60 meses
-	1	Dispositivo de captura de imagem da impressão digital.	REV KITBIO	150	150	R\$ 1.650,00	R\$ 247.500,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

-	Valor total do Contrato e Empenhos:	R\$ 247.500,00
---	--	---------------------------

06. Há manifestação favorável do pleito pelo Secretário titular da STIC, na qual informou-se que o referida Ata de Registro de Preços e seu extrato e o Resultado do pregão seriam anexados aos autos tão logo os mesmos fossem publicados ([1104375](#)). Recebido na SAOFC, por meio do Despacho 32822/2023 ([1104375](#)), seu titular fez um rápido esboço da tramitação da pretensão e enviou o processo à **COFC** para programação orçamentária, à **SECONT** para elaboração de minuta de instrumento contratual, nos moldes produzidos pelo Órgão Gerenciador e a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

07. Prontamente, o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário deste exercício ([1104445](#)), motivo pelo qual a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais) e informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1104455](#)).

08. Também veio ao processo a minuta do contrato elaborada pela SECONT ([1104710](#)). No decorrer da tramitação a STIC trouxe ao processo os seguintes atos extraídos do certame do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023:

I - Termo de homologação do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 ([1104891](#));

II - Resultado do julgamento do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 no DOU, que aponta a empresa AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS como vencedora do item 1 ([1104896](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. Desta forma instruídos, os autos vieram a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

10. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI 0001465-16.2022.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

11. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei nº 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

*Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**. (sem destaques no original)*

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

12. Nesse compasso, tratando-se de controle de legalidade, o parecer deve se restringir aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, sem adentrar no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que, como regra geral, não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei nº 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade.

13. Reprise-se que, no Parecer Jurídico nº 314/2023 ([1102246](#)), esta unidade registrou que a fase de planejamento da contratação é integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral, sendo os documentos dela integrante analisados e aprovados pelas autoridades administrativas do TSE, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna. Isso porque os documentos da fase de planejamento, nos quais se incluem a minuta do edital e do contrato, produzidas no processo no qual se deu o Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023, **foram necessariamente APROVADOS pela assessoria jurídica do órgão gerenciador**, nos termos do **§ 4º do art. 7º do Decreto 11.462/2023 c/c art. 55 da Lei 14.133/2021**. Portanto, tornava-se descabido e inoportuna uma nova análise jurídica por esta AJSAOFC. Tal constatação se coaduna inteiramente com a **Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020**, que embora editada sob a égide da Lei 8.666/93 continua plenamente aplicada ao regime jurídico da NLLC.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III – DA CONTRATAÇÃO ORIUNDA DE PARTICIPAÇÃO DO TRE-RO EM SRP,
MODALIDADE DE COMPRA CENTRALIZADA**

14. Como referido na Seção anterior, constatado que a fase de planejamento da contratação, assim como os atos do certame foram aprovados pelo órgão gerenciador, restava a esta unidade jurídica verificar a regular instrução do processo com os documentos listados pela **Instrução Normativa TRE-RO nº 4, de 28/03/2023**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações mediante as modalidades licitatórias disciplinadas pelo regime jurídico da Lei nº 14.133/2021, **inclusive por meio do sistema de registro de preços**, atualmente tratado pelo **Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023**, editado em harmonia com a nova lei de licitações e contratos, **doravante, NLLC**. No caso em análise, este Tribunal atuou na condição de **órgão participante** do registro originário.

15. Como visto, o referido parecer realizou extensa e detida análise dos documentos que, na forma da **IN TRE-RO 4/2023**, devem instruir as aquisições oriundas de atas de registros de preços celebradas em certames de **compras centralizadas** nas quais o TRE-RO tenha atuado na condição de participante e concluiu por sua regularidade e deferimento da contratação pretendida, ao final autorizada pela autoridade administrativa ([1103805](#)) e efetivada pelo Contrato Administrativo nº 41/2023 ([1104351](#)).

16. Partindo-se da referida análise, tem-se que o processo se encontra devidamente instruído para o processamento das aquisições derivadas das atas de registro de preços celebradas e oriundas do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023. Assim, para a nova contratação agora solicitada pela STIC, que diz respeito ao **item 1 do grupo único do referido certame**, que teve como vencedora a mesma licitante dos demais itens, a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS - CNPJ 02.688.100/0004-20, restará a comprovação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dessa situação, motivo pelo qual a STIC trouxe ao processo o termo de homologação e o resultado do julgamento do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023 no DOU, que efetivamente aponta a referida empresa como vencedora do item 1 ([1104896](#)).

17. Contudo, verifica-se que o **§ 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023** exige que também que venha ao processo a ata de registro de preços que será utilizada e a comprovação de sua vigência, veja-se:

Art. 38 ...

(...)

§ 6º Concluído o certame para formação de SRP com participação do TRE-RO, em qualquer das modalidades, a unidade demandante deverá:

I - instruir o processo com os documentos relacionados no art. 39 desta norma;

II - redigir o ETP, mapa de gestão de riscos e, se necessário, os demais documentos da fase de planejamento;

III - solicitar autorização para a contratação, oportunidade em que deverá informar a disponibilidade orçamentária para o custeio da despesa.

§ 7º A partir da autorização da autoridade, o processo seguirá o trâmite similar às adesões em atas de registros de preços.

Art. 39. Se não participou do procedimento previsto no caput do artigo anterior, o TRE-RO poderá aderir à ata de registro de preços na condição de não participante, nessa hipótese instruirá os processo com os seguintes elementos específicos:

(...)

IV - juntar ao processo:

a) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

b) os atos que regem a contratação no órgão gerenciador: cópia da ata de registro de preços e comprovação de sua vigência; cópia do edital - e anexos, se houver - que estabelece as obrigações da futura contratada.

18. Ocorre que tais documentos não vieram ao processo. Pelo que se verifica, o desfecho do certame ocorreu nesta semana, haja vista que a homologação se deu em 26/12/23 ([1104891](#)) e seu resultado foi publicado nesta data ([1104896](#)). Dessa forma, dada ao pedido de celeridade na tramitação do processo ([1104326](#)) e a determinação do Secretário da SAOFC de **urgência** na elaboração do parecer jurídico ([1104427](#)), esta unidade pode registrar que a instrução do processo encontra-se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

regular, em harmonia com as regras do § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023, das disposições do Decreto Federal 11.462/2023, editado em harmonia com a Lei 14.133/2021, **exceto pela ausência da ata de registro de preços que será utilizada e a comprovação de sua vigência.**

19. Diante das peculiaridades da situação e da urgência manifestada na aquisição dos equipamentos, poderá a Administração deste Tribunal, se assim entender, seguir na tramitação do processo até a fase da autorização da despesa; todavia, condicionando a contratação à juntada dos referidos documentos ao processo para fins do controle de legalidade e da verificação da transparência dos atos da Administração.

20. Tem-se em relevo que poderá a Administração utilizar-se da Ata de Registro de Preços por um período de até 12 meses de sua assinatura, salvo se prorrogada pelo órgão gerenciador (art. 84, NLLC e art. 15, IX, Decreto 11.462/23), desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.

21. Por fim, cabe salientar que, nos termos do inciso IX do art. 8, do Decreto 11.462/23, o órgão participante possui competência para aplicação de sanções decorrente do descumprimento do pactuado na ARP ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

V – CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos e trazendo a este as análises e conclusões registradas no Parecer Jurídico nº 314/2023 ([1102246](#)), esta Assessoria Jurídica conclui nos seguintes termos:

I - Conquanto o § 4º do art. 53 da Lei 14.133/2021 preveja o controle prévio de legalidade dos documentos da fase de planejamento das contratações pela Assessoria Jurídica do órgão, tratando-se de **compra centralizada**, a fase de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

planejamento da contratação foi integralmente realizada pelo ORGÃO GERENCIADOR do SRP, no caso o Tribunal Superior Eleitoral. Em função disso, tais documentos foram objeto de análise e aprovação pelas autoridades administrativas do TSE, nos termos **do § 4º do art. 7º do Decreto 11.462/2023 c/c art. 55 da Lei 14.133/2021**, não se submetendo a uma nova valoração do ORGÃO PARTÍCIPE, situação do TRE-RO no SRP. Decorre daí que eventual pronunciamento desta unidade jurídica acerca desses documentos seria totalmente inoportuna, consoante a **Orientação Normativa AGU nº 64, de 29 de maio de 2020**, que embora editada sob a égide da Lei 8.666/93 continua plenamente aplicada ao regime jurídico da NLLC;

II - Não vieram ao processo a ata de registro de preços que será utilizada e a comprovação de sua vigência. Pelo que se verifica, o desfecho do certame ocorreu nesta semana, haja vista que a homologação se deu em 26/12/23 ([1104891](#)) e seu resultado foi publicado nesta data ([1104896](#)). Dessa forma, dado o pedido de celeridade na tramitação do processo ([1104326](#)) e a determinação do Secretário da SAOFC de **urgência** na elaboração do parecer jurídico ([1104427](#)), esta unidade pode registrar que a instrução do processo encontra-se regular, em harmonia com as regras do § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023, das disposições do Decreto Federal 11.462/2023, editado sob o regime da Lei 14.133/2021, **exceto pela ausência da ata de registro de preços que será utilizada e a comprovação de sua vigência;**

III - Diante das peculiaridades da situação e da urgência manifestada na aquisição dos equipamentos, poderá a Administração deste Tribunal, **se assim entender**, seguir na tramitação do processo até a fase da autorização da despesa; todavia, **condicionando a contratação à juntada dos referidos documentos ao processo para fins do controle de legalidade e da verificação da transparência dos atos da Administração;**

IV - Desde que observada a orientação contida no inciso III deste item, pela possibilidade jurídica da aquisição dos equipamentos para coleta de informações biométricas descritos na solicitação da unidade demandante ([1104326](#)) e reproduzidos no item 5 deste parecer, no valor de R\$ 247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais), da ARP gerenciada pelo TSE - que deverá ser juntada ao processo, oriunda do Pregão Eletrônico SRP TSE nº 46/2023, que tem como compromissária a pessoa jurídica AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS, CNPJ nº 02.688.100/0004-20, para o fornecimento do itens 1 do Grupo 1 do objeto do certame ([1104896](#)) , com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fundamento no **art. 85 da Lei 14.133/2021, art. 18 do Decreto Federal 11.462/2023 e § 6º do art. 38 c/c com o art. 39 da IN TRE-RO 4/2023.**

i. A Administração deverá observar que o fornecimento exigirá a prévia lavratura de instrumento contratual ([1100841](#)). Como anunciado neste parecer, a minuta juntada pela SECONT no evento [1104710](#) tem sua análise de conformidade dispensada nesta Assessoria Jurídica, ato praticado no âmbito do TSE, órgão gerenciador do SRP. Por sua vez, o instrumento de contrato deverá ser redigido em conformidade com o Anexo III do edital do certame ([1100841](#)) e devidamente adaptado aos dados e à demanda específica deste Regional.

ii. Reprise-se, conforme já apontado no **item 7 deste opinativo**, que há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à previsão de execução orçamentária da despesa no exercício de 2023 ([1104445](#)) e comprovação da sua programação ([1104455](#)).

À consideração da autoridade competente.

Digite aqui o conteúdo do documento



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 28/12/2023, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1104953** e o código CRC **CD73CC2A**.

0001465-16.2022.6.22.8000